

TERRITÓRIO, IMPERIALISMO E PETRÓLEO: REFLEXÕES SOBRE A INTERVENÇÃO EXTERNA NA INDÚSTRIA NACIONAL PARA-PETROLEIRA

Fernando dos Santos Sampaio¹
Rodrigo Massatelli Gonzalez²

Resumo: O presente artigo usa o conceito de território econômico do imperialismo, elaborado por Hilferding, como base para o entendimento das recentes movimentações na cadeia nacional de petróleo e gás. A partir do referencial teórico, dados governamentais, análises de especialistas no setor e notícias veiculadas na imprensa, o artigo analisa a diferença de políticas governamentais e a centralidade da questão nacional dentro da teoria do imperialismo, bem como a relevância dessa teoria na compreensão do recrudescimento da ação estadunidense sobre territórios antes subalternos em um momento de profundas mudanças geopolíticas. O estudo aponta que a Operação Lava Jato, ao fragilizar o setor petroleiro e para-petroleiro nacional, abriu caminho para recolocação dentro do mercado nacional de empresas de origem americana do setor para-petroleiro, dentre elas a Halliburton, empresa líder do setor e com fortes vínculos ao centro de poder americano, lançando luz sobre a relação desse processo com a luta pelo território econômico dentro da dinâmica do Imperialismo.

Palavras-chave: Imperialismo. Petróleo. Petrobras. Soberania Nacional. Marxismo.

TERRITORY, IMPERIALISM AND OIL - REFLECTIONS ON EXTERNAL INTERVENTION IN THE NATIONAL SUPPLY INDUSTRY TO THE OIL SECTOR

Abstract: The present article uses the concept of economic territory of imperialism, elaborated by Hilferding, as basis for the comprehension of recent moves in the national oil and gas chain. From the theoretical framework, governmental data, experts reviews on the theme and news published in the media, the article analyzes the difference in governmental policies and the centrality of national question within the theory of imperialism, as well as the relevance of this theory in the comprehension of the resurgence of aggressive american action over previously subaltern territories in a time of profound geopolitical changes. The study points out that Operation Car Wash, by weakening the national oil and para-oil sector, opened the way for the relocation within the national market of companies of American origin in the para-oil sector, among them Halliburton, a leading company in the sector and with strong ties to the American power center, shedding light on the relationship of this process with the struggle for economic territory within the dynamics of Imperialism.

Keywords: Imperialism. Petroleum. Petrobras. National Sovereignty. Marxism.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-graduação em Geografia, Francisco Beltrão, Brasil, fssampa@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-4683-0221>

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-graduação em Geografia, Francisco Beltrão, Brasil, rodrigomassatelli@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-2721-5058>

TERRITORIO, IMPERIALISMO Y PETRÓLEO - REFLEXIONES SOBRE LA INTERVENCIÓN EXTERNA EN LA INDUSTRIA NACIONAL DE ABASTECIMIENTO AL SECTOR PETROLERO

Resumén: Este artículo utiliza el concepto de territorio económico del imperialismo, elaborado por Hilferding, como base para entender los recientes movimientos en la cadena nacional de petróleo y gas. A partir del marco teórico, los datos del Gobierno, los análisis de los especialistas del sector y las noticias publicadas en la prensa, el artículo analiza la diferencia en las políticas de los gobiernos y la centralidad de la cuestión nacional dentro de la teoría del imperialismo, así como la relevancia de esta teoría para entender el resurgimiento de la acción de Estados Unidos sobre territorios antes subordinados en un momento de profundos cambios geopolíticos.

Palabras clave: Imperialismo. Petróleo. Petrobras. Soberanía Nacional. Marxismo.

Introdução

Diante dos recentes desenvolvimentos políticos na América Latina e no Mundo, a questão do Imperialismo segue sendo um tema de relevância para a reflexão do ponto de vista das ciências humanas em geral e, em especial, da Geografia. Golpes de estado com apoio e incentivo externo, ressurgimento de uma Guerra Fria entre potências com possibilidades reais de conflito, invasões militares e desestabilização de governos - tendo como motivo principal a exploração de recursos - recolocam o tema do Imperialismo, bem como a soberania nacional, em tela no debate público (LOPES, 2020).

A expressão máxima de subordinação aos interesses externos, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), é contraposta por um momento da história recente na qual o Brasil possuiu relativo grau de autonomia frente aos interesses externos, construindo uma agenda de desenvolvimento que, mesmo limitada pelo contexto macroeconômico de sufocamento neoliberal, foi extremamente exitosa, em particular, na indústria do petróleo; podendo ser caracterizada a reativação de um nacionalismo energético (PINTO, 2020).

O presente trabalho postula que, coadunadas com a descoberta das enormes reservas do pré-sal e políticas de partilha relacionadas, as iniciativas dentro da indústria estatal do petróleo nacional e as políticas de governo direcionadas a constituir uma dinâmica base industrial interna de fornecimento para o setor foram parte do estopim de uma ofensiva geopolítica multifacetada por parte dos Estados Unidos da América - EUA. Tal ofensiva constituiu-se como meio para conter uma possível ameaça dentro do seu território econômico e político subordinado, em um cenário de deterioração da hegemonia incontestada da atual potência bélica e militar,

com a formação dos BRICS e, em especial, a ascensão acelerada da China como ator relevante no cenário internacional.

Em que pese os determinantes internos de grande monta, incluindo a queda das taxas de lucro durante o primeiro mandato de Dilma Roussef, sem os quais seria impossível estes “ventos do norte” desenvolverem-se e varrerem de forma tão avassaladora o território brasileiro, o presente trabalho centrará seus esforços na compreensão de como e por que o imperialismo, através de seus representantes internos, objetivou afetar a indústria de Petróleo. Para além do peso geopolítico da ascensão brasileira, empresas como a Sete Brasil³ - beneficiadas pela política de investimento da Petrobras e pela política de conteúdo nacional, que coadunavam com o cenário promissor para o setor - estariam ameaçando o “território econômico” estadunidense, na acepção de Hilferding, por exemplo, no caso da produção de sondas e fornecimentos para a cadeia de P&G (Petróleo e Gás).

Parte-se do pressuposto de que a existência de interferência do Estado Americano na indústria nacional de petróleo é de conhecimento público, seja pelos vazamentos publicizados pelo jornal The Intercept Brasil, referentes à operação Lava Jato (CITTADINO, 2021, p70) que investigava casos de corrupção na companhia, obtidas pelas declarações de funcionários do próprio Estado Americano que confirmaram tais ações (BRASILWIRE, 2021; THE WHITE HOUSE, 2021).

Há, no entanto, uma recentíssima bibliografia que detalha o aspecto jurídico sob o qual travestiu-se essa intervenção externa em assuntos nacionais, com destaque para o artigo de Proner (2021) que traça amplo quadro da questão. Dessa forma, o presente trabalho centrará seus esforços em analisar, como já apontado acima, os fundamentos de tal intervenção, esforçando-se para balizar tal análise no referencial da teoria do Imperialismo, conforme exposta por Rudolf Hilferding (1985), bem como atualizações a respeito das características específicas que tal fenômeno adquire, atualmente, na América Latina; e, no Brasil, a partir das intervenções no debate de Prashad (2020), Penido e Stédile (2021).

Para Pinto et al (2019, p. 129), não houve controle direto da operação Lava Jato por parte do Estado americano, sendo que:

[...] ocorreu convergências de interesses entre agentes externos e internos. Os órgãos de inteligência americanos, ao passarem as

³ A Sete Brasil foi uma empresa constituída em 2010 para exploração de ativos relacionados ao pré-sal. A Sete Brasil chegou a ser considerada a maior empresa de construção naval para a indústria do petróleo no mundo e foi, profundamente, afetada pela Operação Lava Jato.

informações sobre a corrupção na Petrobrás, inocularam uma bactéria perigosa no organismo institucional brasileiro, mas que, provavelmente, poderia ter sido contida por anticorpos institucionais básicos em sua fase inicial de proliferação.

Os motivos pelos quais os “anticorpos institucionais básicos” não foram efetivos em conter a “infecção” são abordados no mesmo trabalho e em outros trabalhos de Pinto (2016)⁴. A hipótese de trabalho apresentada é que a política de conteúdo local também foi um elemento importante ao fragilizar o território de atuação de grandes empresas americanas do setor, levando a uma reação mais contundente do imperialismo estadunidense.

Esse artigo conta, além da introdução, com mais quatro tópicos. No primeiro, faz-se um pequeno resgate da discussão, dentro da teoria marxista, sobre a questão nacional e sua relação com o imperialismo. Em seguida, passa-se em revista elementos importantes a respeito dos fundamentos econômicos da teoria do imperialismo dentro do marxismo, dialogando com interpretações sobre sua atualidade. O tópico seguinte propõe apontar a relação, muitas vezes pouco encoberta, entre a política externa estadunidense e os interesses de suas grandes empresas. No terceiro tópico, aponta-se os elementos mais relevantes, a partir dessa chave de interpretação, sobre a maneira como as políticas de incentivo à indústria nacional do petróleo se colocaram como um problema concreto para as grandes empresas estrangeiras do setor, ocasionando o gatilho para uma intervenção articulada no cenário interno. O último tópico destina-se à principal conclusão do trabalho, indicando a vinculação do processo estudado - de desmonte da cadeia petroleira e para-petroleira nacional - à ação imperialista.

Luta nacional, Luta de classes e Imperialismo

O filósofo Italiano Domenico Losurdo traz à tona, em sua obra, elementos fundamentais de resgate do pensamento de Marx e Engels sobre a luta das nações oprimidas. Desde as primeiras obras desses pensadores, é uma constante a equiparação da luta nacional de libertação como um aspecto fundamental da luta de classes. Losurdo (2015, p. 19-23)⁵, de maneira brilhante, aponta o emaranhado de

⁴ Ver, por exemplo, Pinto et. al (2016).

⁵ O livro de Losurdo, *Luta de Classes: Uma História Política e Filósofica* (Boitempo, 2015), traz uma detalhada análise da importância da questão nacional na história do marxismo e das lutas socialistas.

determinações imbricadas na realidade que aparecem nos interesses, por vezes divergentes, das diferentes lutas dos explorados e oprimidos. Dentro desse contexto, por vezes, a luta nacional de um povo oprimido é colocada em primeiro plano, demandando, na análise de Marx e Engels, a solidariedade dos explorados do país opressor, como no caso da Irlanda e da Inglaterra. A negligência do movimento operário inglês em relação à opressão sofrida pelo povo irlandês nas mãos da Inglaterra é para Engels elemento explicativo importante das incapacidades políticas desse movimento. Por vezes, a luta de caráter classista de um povo oprimido é secundarizada e vista como um interesse mesquinho diante de uma demanda mais urgente no sentido da emancipação da humanidade. É o caso das reivindicações dos trabalhadores irlandeses em meio à guerra de secessão nos EUA, na qual estava em jogo a libertação do povo africano escravizado no sul. A repressão de seus protestos é veementemente apoiada por Marx, que observava o quadro geral da luta pela emancipação do trabalho, cujo fim da escravatura é um passo histórico fundamental. Katz (2020, p. 23-25), em obra posterior ao trabalho de Losurdo, aponta as mesmas determinações ao avaliar a importância dada pelos fundadores do materialismo histórico à questão nacional.

É nítido que, com o contínuo desenvolvimento do capitalismo e o surgimento do imperialismo enquanto fase desse Modo de Produção, as relações entre luta nacional e luta de classes também se elevam a outro patamar. A série de artigos de Lenin (1977 [1917]), sobre a questão da autodeterminação das nações, é muito relevante no sentido de compreender como articulam-se esses “diferentes aspectos da luta de classes”, na acepção forjada por Losurdo, sendo o congresso de Baku e a inscrição da consigna: “Proletários e povos oprimidos do mundo, uni-vos” um momento importante de síntese da política, elaborada pelo movimento comunista.

Vijay Prashad (2020) relembra as diferentes posições no interior do pensamento marxista à época de Lenin e a justeza das concepções do dirigente russo sobre a questão nacional. A luta das nações oprimidas seria, nessa concepção, vetor fundamental da luta contra o imperialismo, em conjunto com a luta dos proletários do centro do sistema capitalista. Novamente, aparece aquilo que Marx e Engels já notavam: a solidariedade do movimento operário do centro capitalista para com as lutas de libertação nacional da periferia do sistema é

Em “O marxismo Ocidental” (2018), o filósofo italiano traz uma mordaz crítica aos intelectuais marxistas que relegaram ao ostracismo a importância da questão nacional para a luta de classes, em especial, após a vitória da revolução de outubro e a consequente cisão do pensamento marxista.

condição para emancipação de ambos. Como veremos adiante, a ascensão de um “nacionalismo energético”, nos governos Lula e Dilma (2003-2016), coloca-se diretamente como um entrave para os interesses imperialistas em território brasileiro.

Antes de adentrar na discussão específica sobre a ação recente do Imperialismo no Brasil e na América Latina, realizaremos uma breve digressão para compreender os aspectos essenciais do problema em sua acepção clássica dentro da teoria marxista.

O território econômico do imperialismo como categoria de análise

Os precedentes dos aspectos econômicos dessa discussão sobre a relação entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia, no pensamento original de Marx, foram abordados por Rosdolski (2001, p. 257-258), sendo parte dos fundamentos do pensamento do revolucionário alemão, ainda que não tenham sido desenvolvidos a contento. Os livros sobre o comércio exterior e o mercado mundial não chegaram a ser escritos, mas as menções e o tratamento dispensado em diversos capítulos de sua mais importante obra (os três tomos de O Capital) deixam claro que o tema era de grande importância para a compreensão da totalidade concreta do capitalismo (ROSDOLSKI, 2001, p. 36-37). No entanto, a partir da base teórica edificada por Marx, diversos marxistas estudaram profundamente o tema. Dessa maneira, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo, que dava cada vez mais relevância ao papel da expansão dos capitais, para muito além das fronteiras nacionais, a teoria do imperialismo surge como a análise dessa “fase superior” do capitalismo, como apontado por Lenin (1977 [1917]).

O marxista austríaco Rudolf Hilferding (1985 [1910]) apontava, no seu livro seminal, o qual foi importante base dos estudos de Lenin sobre o Imperialismo, que uma das características da época do capital financeiro é a disputa dos estados nacionais capitalistas pelo maior território econômico possível, de forma a possibilitar importantes contratendências às dinâmicas internas de baixa do lucro e desproporcionalidade que são imanentes ao modo de produção capitalista e motivos basilares de suas crises periódicas. A disputa por esses territórios econômicos seria

a base para a “luta” imperialista, pela divisão do globo e para a política de guerra das grandes potências. Hilferding (1985, p. 306) aponta de forma objetiva:

Portanto, a política do capital financeiro persegue três objetivos: primeiro, a criação do maior território econômico possível. Segundo este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais.

Os territórios dominados teriam sua dinâmica de desenvolvimento ditada pelos centros imperialistas e, dessa maneira, sujeitas às suas necessidades. A dinâmica concreta partia, na acepção de Hilferding, da monopolização do capital nos países do centro capitalista. Tal monopolização, por vezes, dominando todos os estágios da cadeia produtiva, receberia, via Estado nacional, medidas protecionistas que possibilitariam o aferimento de um lucro de monopólio no interior do país. Tal lucro de monopólio era base para expansão do território econômico da empresa monopolista, pois tornava possível a venda de seus produtos abaixo do preço de produção no mercado mundial, de forma a conquistar novos territórios⁶.

Esses territórios seriam fundamentais para o monopólio, pois possibilitariam também a exportação de capitais e não apenas de mercadorias, aproveitando as diferentes taxas de exploração do trabalho nos países dominados, bem como o acesso às matérias-primas em abundância (HILFERDING, 1985, p. 298-299). Além disso, esses territórios eram locais de aporte de Capital Constante já defasado, muitas vezes, adquiridos com capital emprestado pelos próprios países exportadores. A exportação de capital de empréstimo “marcado” para compra de mercadorias em geral (não só maquinarias e equipamentos para produção), também, configurando-se como prática comum no processo de enredamento dos países explorados, em uma teia de dependência (HILFERDING, 1985, p. 262-263, p.304)

Por conseguinte, todas essas determinações agiriam no sentido de protelar o ciclo econômico e aplinar os efeitos da depressão no centro. As desproporcionalidades internas entre os diversos ramos e setores da economia capitalista ganham mais amplo escopo para se espriar, com a exportação do capital sobranete, atenuando a irracionalidade da economia capitalista na alocação de recursos (HILFERDING, 1985, p. 293). A baixa na taxa de lucro pode ser protelada

⁶ Como veremos mais adiante, nesse trabalho, gigantes do setor para-petroleiro americano utilizaram-se exatamente dessa técnica para retomar espaço no mercado brasileiro.

pelos lucros de monopólio auferidos em territórios cada vez maiores e pelas diferentes taxas de exploração presentes nas economias atrasadas (HILFERDING, 1985, p. 297).

A constatação da existência de um território econômico do imperialismo estadunidense e da centralidade na disputa por sua manutenção na América Latina, por muito que se possa argumentar que careça de atualizações, ainda é presente hoje e motivo pelo qual argumentaremos no próximo tópico.

O Brasil no Território Econômico do Imperialismo Estadunidense

Ainda hoje os serviços de defesa e inteligência estadunidense bem como o grosso do seu corpo político dirigente referem-se à América Latina como seu “quintal”, conforme reportagem publicada por Nelson de Sá, na Folha de São Paulo, de 21 de julho de 2021. Ao observar a existência de zonas de influência dos EUA, como determinantes do desenvolvimento político e econômico dos países a esses subordinados, Penido e Stédile (2021, p. 22) trazem importantes elementos para a discussão:

As políticas estadunidenses serão desenvolvidas de acordo com a classificação do mundo em três regiões, estabelecidas pelo Pentágono: o centro, formado pelos países aliados e desenvolvidos, comprometidos com o cumprimento das normativas do sistema; o “elo”, uma zona de amortecimento dos conflitos, formado por países emergentes, respeitosos das regras do jogo e interessados em manter as dinâmicas dentro do estabelecido, com os quais se poderia selar acordos diplomáticos e econômicos sem a necessidade de intervenção pela força; e os países da “brecha”, constituída pelas zonas de perigo sobre as quais os EUA devem ter uma política agressiva de vigilância, controle e imposição de normas de funcionamento. Quase em sua totalidade, as áreas intensivas em biodiversidade, as de jazidas de água, petróleo e gás e as de metais para usos essenciais estão compreendidas na “brecha”.

Importante observar que mesmos os países emergentes, zelosos pelas “regras do jogo”, são encaixados dentro de um “elo” no qual espera-se que acordos diplomáticos e econômicos ocorram de forma tranquila. A combinação da imposição agressiva aos países da “brecha”, de controle e vigilância - ao mesmo tempo em que eles são os maiores detentores de água, petróleo e gás - remete à ideia de Hilferding sobre o controle do território econômico.

Mas e o Brasil e a América Latina, onde se encontrariam? Desde a assunção da Doutrina Monroe, é nítido que as Américas em conjunto são consideradas um protetorado americano, caudatário de respeito e obediência obrigatórios às regras do jogo, sob pena de pesadas represálias. Em um contexto inicial, de aparente apoio ao desprendimento das velhas relações com a Europa colonialista, por exemplo, o costume de utilizar-se da fatídica “diplomacia das canhoneiras” por parte da Europa, como na cobrança inglesa à Venezuela, por meio de canhões, que foi interdita pelos americanos, por meio de intervenção diplomática⁷, tendo como base essa doutrina. A Doutrina Monroe nunca escondeu a intenção de realizar a máxima: A América (toda) para os americanos (do Norte).

A existência de uma disputa geopolítica entre o bloco socialista e capitalista, onde a existência da URSS, como polo organizador de uma ameaça constante ao domínio norte-americano em todos os quadrantes do globo, foi determinante no tipo de política implementada na América Latina durante o século XX.

A criação da Organização dos Estados Americanos – OEA, no período como instituição de controle e organização dos interesses estadunidenses, como aponta Prashad (2020, p. 44-45), apresenta-se desde sua fundação como meio para suprir a necessidade de minar os objetivos soviéticos na América Latina, funcionando, na prática, não só como combate a ameaça comunista, mas como instrumento de limitação da soberania dos países partícipes em benefício dos EUA.

No que toca ao tema em tela a indústria do petróleo, um dos primeiros presidentes da Petrobras, Francisco Mangabeira, alertou, em trabalho da década de 1960, para o descontentamento que a autonomia e a internalização do controle sobre a produção petrolífera geraram aos formuladores de política norte-americanos, já em sua época. Truman, por exemplo, negou veemente qualquer tipo de financiamento às empresas estatais de petróleo como tentativa de demover a intenção de implantação do monopólio brasileiro (MANGABEIRA, 1964, p. 28).

⁷ Refere-se ao posicionamento, sob o então presidente Theodore Roosevelt, contra a utilização da “diplomacia das canhoneiras” por potências europeias capitaneadas pela Inglaterra, para cobrança de dívidas na América Latina. Em 1902, o evento onde a Inglaterra e Alemanha bloquearam cinco portos do país sul-americano, bem como a foz do Orinoco, afundaram navios e bombardearam cidades, com o intuito de forçar o país ao pagamento de dívidas, foi um divisor de águas. Tal tipo de política externa foi eliminada do arsenal europeu a partir de 1907, com a articulação do secretário de Estado de Roosevelt, Elihu Root, para a conferência de Paz de Haia decidir pelo fim das cobranças forçadas de dívidas, ficando as mesmas regidas pelo direito internacional (FINNEMORE, 2003, p. 29-38). Desnecessário dizer que tal veto serviu apenas aos interesses europeus. Os EUA seguiram realizando intervenções sistemáticas na América Latina de forma a garantir seus interesses econômicos e políticos, como expomos nesse trabalho.

A preocupação de que tal iniciativa limitaria o mercado e o campo de atuação das grandes petrolíferas americanas era consenso na estrutura de estado, nos meios técnicos e militares, bem como políticos americanos. Essa preocupação tinha um fundamento material: “A taxa de lucro da *Standard Oil of New Jersey* era de cerca de 9% nos Estados Unidos, enquanto na América Latina, através de suas subsidiárias, elevava-se à 31% em 1958.” (MANGABEIRA, 1964, p. 35). Diante disso, não era irrelevante a preocupação com a manutenção incontestada de seu território econômico, na acepção de Hilferding.

A lógica geral da “grande estratégia” americana para lidar com esse tipo de problema segue com um delimitador claro, ainda no momento presente, segundo Penido e Stédile (2021, p. 17-18, grifos nossos):

Essa estratégia estabelece que os EUA devem permanecer como única potência mundial, impedindo a ascensão de **qualquer concorrência** ou “poderes hostis”, e atribuindo-se o direito de intervir “preventivamente” para resolver de maneira seletiva os problemas de “segurança” que ameacem seus interesses, além de preservar o acesso do país a fontes de energia no exterior.

Como veremos adiante, há concorrência não só na exploração e refino do petróleo, mas no lucrativo negócio para-petroleiro⁸, vinculado à realidade concreta quando o Brasil desponta no cenário internacional com políticas de internalização da indústria para-petroleira e, posteriormente, com a descoberta do pré-sal. É relevante apontar que Dick Cheney, vice-presidente de George W. Bush, de 2001 a 2009, passou o período entre mandatos, de 1995 a 2000, como CEO da americana Halliburton, uma das maiores empresas de fornecimento de serviços e equipamentos para a indústria petrolífera do mundo e objeto de diversos contratos com a Petrobras, no período anterior ao de internalização das cadeias produtivas do setor. Tal apontamento é relevante, pois indica a consonância clara do pensamento estratégico no centro do poder americano com as gigantes americanas do ramo petrolífero.

A utilização de instrumentos de “guerra não convencional”⁹ na América Latina por parte dos EUA não é uma novidade completa, com diversos exemplos no decorrer do século XX, como nos recorda Prashad (2020), Sampaio e Medeiros

⁸ A indústria para-petroleira engloba todos os segmentos fornecedores de equipamentos, tecnologia e serviços especializados, necessários à indústria do petróleo e do gás (ZAMITH, 1999).

⁹ A estratégia da “Guerra Não-Convencional”, de acordo com a análise de Korybko, propõe-se, no contexto de um conflito entre países, a “ajudar um movimento contra o governo atuando dentro desse conflito a derrubar as autoridades” (Korybko, 2020, p 71).

(2022) e Penido e Stédile (2021). A utilização de guerras psicológicas e organizações da sociedade civil, para desestabilizar e golpear governos de caráter nacionalista que aplicaram medidas contrárias a grandes empresas americanas, foram recorrentes em nosso subcontinente muito antes do surgimento do termo Guerra Híbrida, na acepção apontada por Korybko (2020), e muito antes do Manual de Guerra Não Convencional das Forças Armadas Americanas¹⁰ (US ARMY, 2008) ser forjado.

É coerente a afirmação de Penido e Stédile (2021, p. 122-123) ao apontar que no caso da Lava Jato e do processo do golpe de 2016¹¹ no Brasil, a guerra híbrida utilizou-se de outros instrumentos não comumente associados à mesma, como é o caso de estruturas de Estado (Judiciário e Ministério Público) que serviram de porta-vozes dos interesses externos. Tais instituições agiram em última instância como “procuradores” das grandes empresas petroleiras e para-petroleiras americanas ao operacionalizar o desmonte e a fragilização das cadeias produtivas do petróleo e gás nacionais, gestadas durante os governos Lula e Dilma conforme demonstraremos no próximo tópico.

A internalização de cadeias produtivas do petróleo e os interesses externos

Após anos de hegemonia neoliberal, com a tentativa de desnacionalização expressiva do setor de petróleo e gás, por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo, em 2003, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, representa um marco para o reposicionamento da indústria do petróleo no País.

Após as tentativas de privatização durante os anos de 1990, malfadadas em grande medida pela resistência dos trabalhadores da estatal petroleira¹², as políticas

¹⁰ O manual citado constitui-se como um documento do exército americano que orienta o método de utilização de forças não convencionais para derrubada de governos inimigos dos EUA , disponível em :<<https://irp.fas.org/doddir/army/fm3-05-130.pdf>> . Esse documento foi uma das fontes para estudos de diversos analistas das guerras híbridas, citados nesse trabalho como: Korybko (2020), Penido e Stédile (2021) e Prashad (2021).

¹¹ Apesar do termo golpe não ser consensual, a base teórica e a análise dos fatos não deixam dúvida sobre o caráter de golpe parlamentar aplicado contra a presidenta Dilma Rouseff, em 2016. Para maiores detalhes ver Singer et al (2016).

¹² No contexto do governo FHC, diversas categorias de trabalhadores do setor público deflagaram uma greve para resistir às privatizações em curso e a retirada de direitos trabalhistas. “No dia 03 de maio de 1995, os petroleiros aderiram em massa ao movimento, somando-se aos eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos Correios e servidores federais. Além da recuperação das perdas salariais e da preservação de direitos, os trabalhadores lutavam contra a quebra dos monopólios do

implementadas a partir de 2003 e, em especial, a partir de 2007, com a descoberta do pré-sal, foram determinantes para o cenário de internalização que se desenhou no setor. Houve assim uma clara mudança na direção dos rumos da indústria para-petroleira nacional; sendo evidente a intenção de desenvolver a indústria local, tendo como base o poder de compras da petroleira estatal através das diretrizes do governo e do Ministério de Minas e Energia (SILVA E FURTADO, 2006, p. 112).

O Programa Nacional de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás (PROMINP), inaugurado em 2003, cumpre papel essencial nesse contexto. O saldo dos primeiros sete anos do programa é sobremaneira relevante para essa constatação, conforme apontado pela Agência Petrobras, em 21 de dezembro de 2010:

De 2003 a 2010, a participação do conteúdo nacional nos projetos de petróleo e gás cresceu de 57% em 2003, para 75,6% em 2010, gerando o valor adicional de US\$ 21,5 bilhões de bens e serviços contratados no mercado nacional e o acréscimo de mais de 875 mil postos de trabalho gerados no país nesse período.

Esse saldo expressivo é mais relevante ainda diante do crescimento total apresentado pelo setor no período mediante a descoberta do pré-sal. De 2002 a 2013 o conteúdo local médio da exploração dos blocos na etapa de produção de 39% para 73% e na etapa de desenvolvimento de 54% para 84% (PINTO, 2020, p. 154). Segundo Rodrigo Leão (2017), o programa atuou em 5 frentes:

(i) indução nos currículos de engenharia de maior conteúdo projeto; (ii) aceleração do fluxo de informações para as diferentes empresas que atuam na cadeia de petróleo e gás por meio de acordos de transferência entre empresas e universidades; (iii) maior intercâmbio de profissionais locais com empresas de engenharia do exterior; (iv) criação de incubadoras nas universidades visando reforçar competências do setor e; (v) formação de *clusters* locais associando o desenvolvimento de cursos locais com as demandas por investimentos do setor.

Uma dimensão dos impactos na estrutura produtiva dessa política pode ser apontada diante do seguinte dado: se em 1999, de 12 unidades de produção encomendadas pela Petrobras apenas 1 estava sendo produzida internamente (SILVA E FURTADO, 2006), no auge do momento analisado de internalização, 28

petróleo e das telecomunicações. O movimento unificado, no entanto, foi perdendo força e os petroleiros acabaram sustentando a greve sozinhos por 32 dias. Mais de 90% da categoria aderiu à paralisação nas refinarias, nas plataformas, nos terminais de distribuição e nas unidades administrativas da Petrobrás. Os trabalhadores se revezavam para garantir o abastecimento básico da população e preservar os equipamentos.” (FUP, 2022)

unidades encomendadas pela Petrobras eram produzidas pela Sete Brasil, empresa formada pelo consórcio nacional altamente impactado pelas políticas do PROMINP (LEÃO E VILAIN, 2019, p 90).

Em estudo sobre o endividamento da estatal, Pinto Jr (2021, p. 28) aponta o crescimento de 12,3% do valor adicionado (VA) da empresa destinado aos fornecedores, no período de 2007-2015, quase 3 vezes o crescimento do VA destinado aos funcionários (4,2%), e mais de 10 vezes o crescimento do VA destinado ao Estado na forma de impostos (1%)¹³. Como esperado, tal indicador apresenta queda no período pós operação Lava Jato.

Olhando por outro aspecto, o investimento em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia saiu de 201 milhões de dólares em 2003, em crescimento sucessivo no decorrer dos anos, até chegar ao patamar de 1 bi US\$ entre 2011 e 2014 (AUGUSTO JR. E NOBRE, 2021, p. 79)

Em uma análise a respeito do caráter das políticas do setor, Eduardo Costa Pinto (2020, p. 143, grifos nossos), faz apontamentos importantes sobre a descoberta do pré-sal e a indústria para-petroleira:

Essa descoberta, atrelada às políticas governamentais dos governos do PT para o setor de petróleo e gás, impulsionaram a **retomada do nacionalismo energético brasileiro** que: i) ampliou a capacidade do controle estatal sobre a indústria de petróleo e gás, possibilitando uma maior apropriação de excedente econômico pelo Estado brasileiro; e ii) configurou políticas industriais voltadas à expansão nacional de bens e serviços destinados ao processo de exploração e produção do petróleo, ao aumento dos *spillovers* e do encadeamento produtivo na cadeia de fornecimento.

A conjunção dessas políticas teve efeitos práticos na cadeia para-petroleira nacional, em especial a indústria naval, que possui relevância em um contexto em que 90% da extração vem de alto mar, segundo Dores, Lage e Processi (2013, p. 297):

As perspectivas de demanda e de aumento de capacidade da indústria naval nacional nos próximos anos são bastante positivas. A

¹³ O trabalho de Pinto Jr apresenta outro aspecto extremamente relevante no que toca ao tema em tela: o VA destinado ao setor financeiro cresceu 33 % no período 2007-2017, apresentando somente pequena queda em 2016-2017. Ainda assim a participação no total do VA do setor financeiro saltou de 4% entre 2007-2011 para 19% em 2017. Tal constatação é ainda mais alarmante diante da composição da dívida da empresa, aonde 70% dos credores são internacionais. Ou seja, quase 1/5 do VA da petroleira estatal eram destinados ao pagamento ao setor financeiro, sendo que deste valor a cada 100 dólares, 70 eram devidos a atores externos. A estratificação da origem desses credores em futuros estudos pode ser um elemento importante para compreender o quanto que a intervenção via Lava Jato beneficiou interesses americanos em múltiplas vias através do desmonte do setor de P&G nacional e as mudanças de gestão advindas desse processo.

demanda criada pelas atividades de exploração e produção de petróleo e gás *offshore* tem se mostrado robusta e perene, requerendo investimentos relevantes em aumento de capacidade produtiva. As encomendas de sondas de perfuração, de plataformas de produção e de embarcações de apoio marítimo deverão sustentar, no longo prazo, a carteira dos estaleiros.

As previsões para a indústria naval feitas pelo banco estatal, em 2013, acabaram por se colocar distantes da realidade, diante da instabilidade política que se precipitou sobre o país a partir daquele ano.

De certo os efeitos desse nacionalismo energético não passaram despercebidos diante da potência imperialista americana que, como vimos nos tópicos anteriores, possui especial interesse em desarticular possíveis oponentes que atrapalhem ou compitam com seus interesses econômicos e energéticos. Os impactos da operação Lava jato para o PROMINP foram extremamente expressivos. Conforme Ordoñez (2017), o programa entrou em estado de hibernação a partir de 2014, devido aos desdobramentos da operação e a fragilização do conjunto do setor de P&G.

Colombini (2020) atenta para o fato de que empresas, como a Halliburton, tiveram vários contratos cancelados no processo de internalização da indústria para-petroleira até 2014. Além disso, no início do processo de internalização do setor, a empresa teve problemas para entregar dentro do prazo unidades encomendadas como veremos adiante.

Em um processo que se retroalimentou, a crise do setor petroleiro brasileiro, precipitada pela Lava jato e a queda do preço do petróleo, foi coadunado com uma política agressiva por parte dessas grandes multinacionais, para ocupar o mercado perdido anteriormente para o setor nacional, segundo Colombini, (2020, grifos nossos):

...as grandes para-petroleiras internacionais iniciaram **uma política extremamente agressiva**, a qual poderia ser descrita, dentro dos manuais de economia, como **dumping**, juntamente com forte processo de fusão e aquisição. No meio do cenário de forte crise do setor do petróleo no Brasil, as grandes para-petroleiras (principalmente Halliburton, Baker Hughes e Schlumberger) passaram a **praticar preços nas licitações de contrato muito inferiores ao padrão do mercado**, mesmo tendo como implicação prejuízos no curto prazo que **obrigaram as matrizes a realizar aportes financeiros**. (COLOMBINI, 2020, p.135)

O processo de “dumping”, como indicado por Colombini, é facilmente caracterizado. Observa-se, então, que a ação da Lava Jato, ao destruir a

capacidade da indústria nacional de fornecedores de P&G e fragilizar pesadamente a principal fonte de demanda do setor, abriu caminho para que empresas como a Halliburton e outras grandes norte-americanas do setor para-petroleiro retomassem um território econômico perdido para as empresas nacionais beneficiadas pelo PROMINP e pela política de conteúdo local. Schulemberger e Baker são também ambas gigantes no setor, ambas com sede em Houston, Texas.

A seguinte constatação de Nozaki (2020, p. 9) é muito relevante para o tema em tela:

Cabendo lembrar aqui que o início da complexa negociação entre a Halliburton e a Petrobras, em torno da compra e entrega das plataformas P-43 e P-48, envolvendo US\$ 2,5 bilhões, começou na gestão de Dick Cheney e se estendeu até o biênio 2003 e 2004, com a participação do Gerente de Serviços da Petrobras, na época, Pedro José Barusco, que depois se transformaria no primeiro delator conhecido da Operação Lava Jato.

A negociação citada foi de extrema delicadeza para a Halliburton, premida pelo mercado financeiro, que chegou a aventar a sua quebra diante de uma postura mais incisiva da estatal brasileira, na cobrança do cumprimento dos termos do contrato no momento em que Guilherme Estrella, dirigente da estatal, com vínculos com o movimento sindical, e de “postura nacionalista demais” para representantes do mercado, está à frente da negociação¹⁴. O fato de Barusco ser o primeiro delator de uma operação de guerra jurídica, nos termos de Proner (2021) - que posteriormente beneficiou a empresa com quem deveria negociar à época em que

¹⁴ Em reportagem da revista “Isto É Dinheiro”, de 25 de fevereiro de 2004, a respeito do tema: “há uma tormenta se formando no caminho da Halliburton, a maior empresa de serviços em campos de petróleo do mundo. E uma das nuvens negras chama-se Brasil. Na primeira semana de fevereiro, investidores e analistas de Wall Street tiveram acesso a um alarmante relatório da empreiteira texana que o vice-presidente americano, Dick Cheney, presidiu até as vésperas do governo Bush. O documento apresenta, em 26 páginas, uma lista de fatores de risco aos quais a empreiteira está sujeita/.../ (um deles), é o que se pode chamar de “risco Petrobras”. Desde junho passado, a estatal vem cobrando da Halliburton cerca de US\$ 380 milhões em multas pelo atraso na entrega de dois navios-plataforma encomendados para a exploração de petróleo na Bacia de Campos, cada um deles com capacidade para produzir 180 mil barris de petróleo/dia. Os contratos, avaliados em mais de US\$ 2,5 bilhões, previam a entrega da primeira plataforma em novembro de 2003 e da segunda em meados de 2004. Mas as obras atrasaram, não há expectativa de entrega antes do segundo semestre de 2005 e a Petrobras decidiu que não arcará sozinha com o prejuízo. A Halliburton, por sua vez, culpa a Petrobras por ter alterado normas técnicas para as plataformas, provocando o atraso. Sem acerto negociado, o contencioso foi parar na Comissão das Nações Unidas para Leis de Comércio Internacional, um tribunal de arbitragem em Nova York. Na única declaração que fez sobre o assunto, o diretor de Exploração e Produção da estatal, Guilherme Estrella, disse que as negociações evoluíram e podem levar a um acordo entre as partes a curto prazo. Sem detalhes sobre o acerto, a informação despertou ceticismo. Na Petrobras, Estrella é o diretor menos simpático a empresas privadas, diz Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura. Indicado por sindicalistas para o cargo, Estrella seria “demasiadamente nacionalista” para negociar com a multinacional.”

era funcionário da estatal - não é um mero detalhe na composição de um quadro em que se delinea claramente uma investida contra toda uma cadeia produtiva nacional em benefício de interesses externos.

Os resultados dessa devassa no setor petrolífero e para-petrolífero nacional foram de grande monta. Augusto Jr. e Nobre (2021, p. 88) apontam em projeção que o total de empregos perdidos somente na construção civil foi de 1,5 mi. O conteúdo local médio dos blocos de exploração caiu em 2017 para 39% na exploração e 43% no desenvolvimento, patamares iguais ou inferiores ao de 2002, antes do início do processo de internalização (PINTO, 2020). Como vimos, essa redução do conteúdo local teve como contrapartida crescimento expressivo das contratações de empresas estrangeiras, com a Halliburton e outras para-petrolíferas estadunidenses tendo papel central no processo.

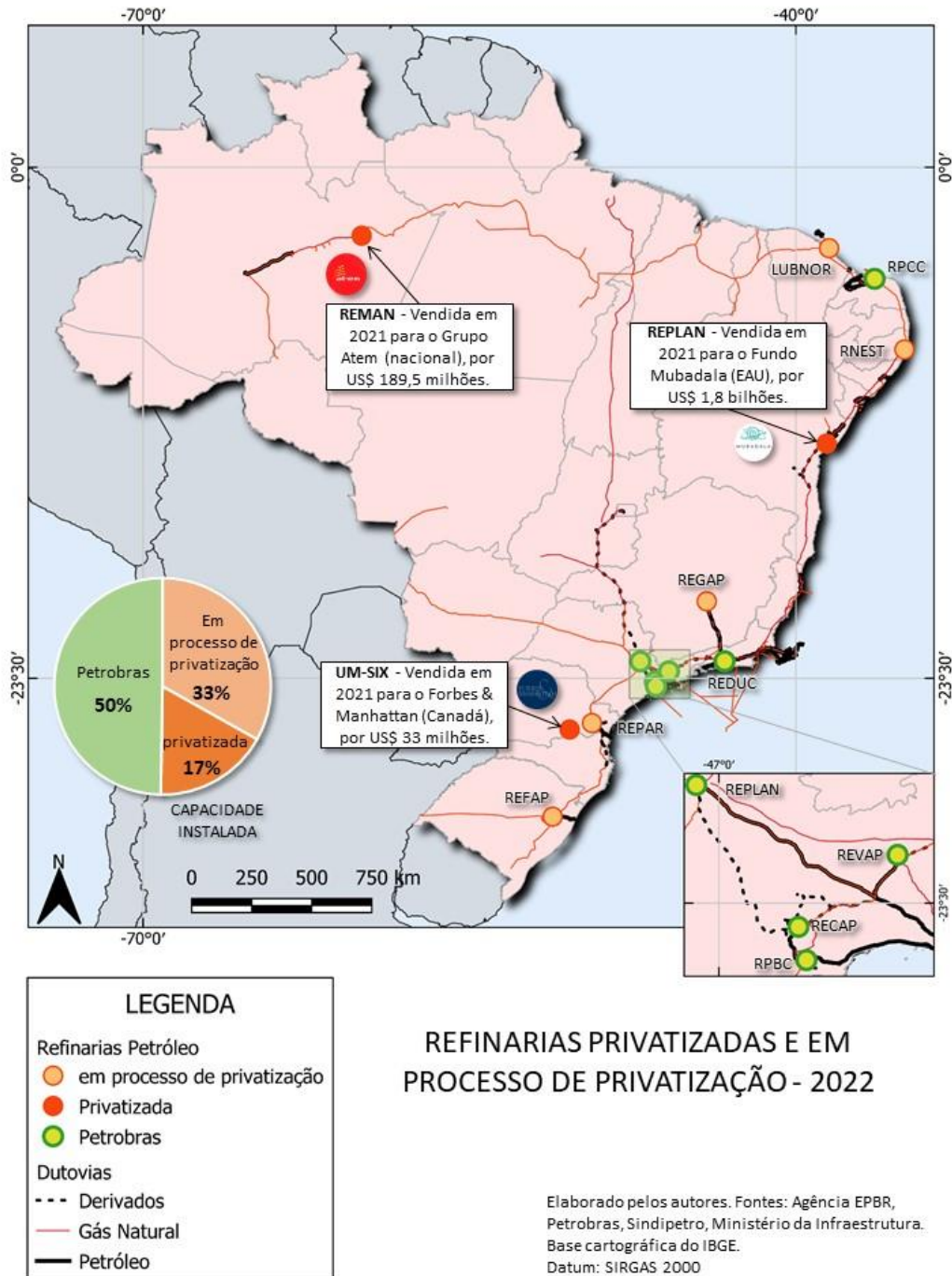
A título de exemplo, em licitações recentes da petrolífera estatal brasileira (CLICK PETRÓLEO E GÁS, 2020), Halliburton e Baker foram as únicas empresas a apresentarem propostas, com conteúdo nacional exigido de 40% nos serviços de estimulação de poços e 20% para os produtos químicos e afretamento sem requisito de nacionalização, em um contrato de 3 anos e meio.

Os benefícios obviamente não se limitam à indústria para-petrolífera. O setor de refino estatal foi fortemente impactado pelo processo de desestabilização política do país. Segundo Jager (2020), as grandes companhias petrolíferas internacionais têm adotado duas estratégias de ação no mercado energético. No primeiro caso, busca-se uma verticalização setorial, focando na produção de petróleo e gás natural e ampliando ou mantendo sua atuação à jusante no refino e petroquímica, ao mesmo tempo que busca financiar tecnologias de menor agressão ao meio ambiente. No segundo caso, a verticalização tem um enfoque menor na produção de derivados e maior no segmento de energia limpa, financiando tecnologias mais ecológicas no processamento do petróleo, mas, fundamentalmente, investindo na produção de energia renovável. A Petrobras, até 2015, estava buscando seguir esse segundo caminho, mas com a mudança política, após o golpe de 2016, a atuação da empresa passou a não adotar nenhuma das duas estratégias, agindo com uma empresa de abrangência restrita semelhante ao modelo das petrolíferas africanas.

O amplo processo de desverticalização tem sido o ponto mais marcante da estratégia empresarial dos últimos anos. No caso apresentado no mapa, temos o

processo de venda de 50% da capacidade de refino nacional, dos quais 17% já foram efetivados até maio de 2022 e outros 33% estão previstos para privatização.

Mapa 1- Refinarias privatizadas e em processo de privatização - 2022



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Agência EPBR, Petrobras, Sindipetro, Ministério da Infraestrutura, Base cartográfica do IBGE, Sirgas, 2000.

A maior das refinarias vendidas foi a RLAM – Refinaria Landulpho Alves, localizada em São Francisco do Conde-BA, adquirida pelo Fundo Mubadala. O

fundo soberano dos Emirados Árabes, que já vinha investindo no Brasil - no setor de mineração, portos, imóveis, concessões de rodovias, aeroportos, entre outros -, adquiriu a refinaria por 1,8 bilhões de dólares.

A REMAN – Refinaria Isaac Sabbá, no Amazonas, foi adquirida por 189,5 milhões de dólares pelo Grupo Atem, um grupo de capital nacional local que atua no setor de transporte e venda de combustíveis no varejo.

Já a UM-SIX – Unidade de Industrialização do Xisto, em São Mateus no Paraná, foi vendida para a Forbes & Manhattan por 33 milhões de dólares. O grupo canadense atua em vários setores como energia, mineração, engenharia, tecnologia, entre outros.

Percebe-se que o capital internacional ficou com os ativos mais valiosos dessa primeira fase de privatizações do setor de refino, no qual incluiu-se também dutos de transporte de petróleo e gás. Esses grupos também têm participado de outras privatizações e/ou concessões feitas pelo governo federal.

A baixa presença de norte-americanos, no contexto de privatização, deve ser ponderada em uma perspectiva mais ampla. O desmonte do setor de refino nacional, bem como a política implementada pelos governos de Temer e Bolsonaro, de desnacionalização do setor energético, levaram a um contexto no qual 500 mil barris/dia de derivados eram importados em 2019, em sua absoluta maioria do Parque de Refino Americano: “De janeiro a julho de 2019, 82% do diesel importado pelo Brasil foi produzido nos Estados Unidos. Da gasolina 71% e do etanol -- que ocupa o mercado da gasolina --, 94%” (COUTINHO, 2019).

Considerações finais

A assim chamada “questão nacional”, ou “questão da autodeterminação”, não é um elemento secundário do ponto de vista da obtenção de patamares satisfatórios de desenvolvimento social e humano nos países periféricos. A existência de uma ordem hierárquica de poder no cenário internacional aponta uma realidade na qual a tentativa de superar uma situação de subordinação, ainda que de maneira parcial, tem como resposta represálias de grande monta para os países periféricos. A atual potência hegemônica, econômica e militar, os EUA, diante de um cenário de contestação de sua hegemonia em nível global, com a ascensão dos BRICS e da China, em particular, como atores relevantes; passa a aplicar uma política agressiva

de manutenção do seu domínio sobre o território econômico e político da América Latina (PENIDO e STÉDILE, 2021).

À vista disso, as políticas pautadas pelo nacionalismo energético dos governos Lula e Dilma, além de limitar o escopo de atuação das grandes petroleiras estrangeiras nas vastas reservas do pré-sal, possibilitou a ascensão de um setor para-petroleiro nacional que passou a ocupar o mercado das grandes para-petroleiras americanas na política de compras da Petrobras.

Procuramos demonstrar que a Operação Lava Jato, ao fragilizar o setor petroleiro nacional e a própria Petrobras, bem como um conjunto de empresas nacionais vinculadas, abriu caminho para recolocação dentro do mercado nacional de empresas de origem americana do setor para-petroleiro, dentre elas a Halliburton, empresa líder do setor e com fortes vínculos ao centro de poder americano. Dessa maneira, a análise do imperialismo se coloca como um instrumento importante para compreender a dinâmica recente dentro do setor petroleiro nacional e sua relação com os interesses externos no contexto atual de crise econômica, política e institucional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PETROBRAS. **Prominp completa sete anos de avanços**. Disponível em <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=9385> Acesso em 27 de ago. 2021.

AUGUSTO JR., F. e NOBRE, S. Lava Jato e implicações econômicas intersetoriais. In: AUGUSTO JR., GABRIELLI e ALONSO JR. (Org) **Operação Lava Jato – Crime, Devastação Econômica e Perseguição Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

DORES, LAGE E PROCESSI. **A retomada da indústria naval brasileira**. Brasília: BNDES. 2012. Disponível em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/962/1/A%20retomada%20da%20ind%C3%BAstria%20naval%20brasileira_final_P.pdf> Acesso em 12 de mar. de 2022.

BRASILWIRE. **White House admits CIA involvement in “War on Corruption” which jailed Lula and elected Bolsonaro**. 03 de Jun de 2021. Disponível <<https://www.brasilwire.com/white-house-admits-cia-involvement-in-latin-americas-war-on-corruption/>> Acesso em 12 de set. de 2021.

BUSINESSWIRE. **Halliburton assina contrato de serviços de construção e completção de poços para o desenvolvimento de Libra no Brasil**. Houston. 31 de jul de 2019. Disponível em: <<https://www.businesswire.com/news/home/20190731005610/pt/>> Acesso em 12 set. de 2021.

CITTADINO, G. Operação Lava Jato, Lawfare e Poder Judiciário. In: AUGUSTO JR., GABRIELLI e ALONSO JR. (Org) **Operação Lava Jato – Crime, Devastação Econômica e Perseguição Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

COLOMBINI, I. Golpe quebrou 40% das para-petroleiras nacionais e aumentou em 72% contratos da Halliburton com a Petrobras. **Revista Fórum**, 23/jan/2021. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/politica/golpe-quebrou-40-das-para-petroleiras-nacionais-e-aumentou-em-72-contratos-da-halliburton-com-a-petrobras/>> Acesso em 02 de out. de 2021.

COLOMBINI, I. Crise da geopolítica do petróleo no Brasil e o ‘mundo invisível’ das para-petroleiras **OIKOS**, Rio de Janeiro, v.19 n.1, p. 122-141, 2020.

COUTINHO, Felipe. Enquanto a Petrobras perde mercado, Brasil importa mais combustível dos EUA. **Brasil de Fato**, 16 de dezembro de 2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/12/16/video-or-enquanto-a-petrobras-perde-mercado-brasil-importa-mais-combustivel-dos-eua>> acesso em 18 de maio de 2022.

ESTRELLA, Guilherme. Petrobrás virou um fundo de investimento no cassino financeiro internacional. Entrevista à Gabriel Deslandes, **Revista Ópera**, 26 de outubro de 2020. Disponível em <<https://revistaopera.com.br/2020/10/26/guilherme-estrella-petrobras-virou-um-fundo-de-investimento-no-cassino-financeiro-internacional/>> acesso em 10 de dez, de 2020.

FINNEMORE, Martha. **The purpose of intervention: changing beliefs about the use of force**, Cornell University, EUA, 2003.

FUP (Federação Única dos Petroleiros). **Marco na luta dos petroleiros, greve de 1995 completa 27 anos neste mês de maio**. 03 mai de 2022. Disponível em: <<https://fup.org.br/marco-na-luta-dos-petroleiros-greve-de-1995-completa-27-anos-neste-mes-de-maio/>>

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**, Abril Cultural, São Paulo, 1985 [1910].

ISTO É DINHEIRO. **Os laços Petrobras Halliburton**. 25 fev de 2004. Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/os-lacos-petrobras-halliburton>> Acesso em 10 de out. de 2021.

LEÃO, R; VILAIN, C. A substituição da política de conteúdo local pelo conteúdo internacional, in: LEÃO, R. e NOZAKI, W (Orgs): **Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais**, INEEP-Flacso, Rio de Janeiro, 2019.

LEÃO, R. **O abandono do Prominp e o retrocesso da política de qualificação profissional**. Inep. 07 de Jun de 2017. Disponível em <<https://ineep.org.br/o-abandono-do-prominp-e-o-retrocesso-da-politica-de-qualificacao-profissional/>> Acesso em 12 de nov. de 2021.

LENIN, Vladimir. O imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. In: LENIN, Vladimir **Obras Escolhidas em Três Tomos - 3**, Lisboa/Moscou: Edições Avante!, Edições Progresso, 1977 [1917].

LOPES, Emiliano (org). **As veias do sul continuam abertas: Debates sobre o Imperialismo do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: Uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental**: como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

KATZ, Cláudio. **A teoria da dependência 50 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**: Das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANGABEIRA, Francisco. **Imperialismo, Petróleo e Petrobras**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1964.

MARINHO, F. Petroleiras Halliburton e Baker Hughes foram as únicas empresas a apresentar propostas em uma licitação da Petrobras para contratar serviços de estimulação de poços. **Click Petróleo e Gás**. 18 de ago de 2020. Disponível em <<https://clickpetroleoegas.com.br/petroleiras-halliburton-e-baker-hughes-foram-as-unicas-empresas-a-apresentar-propostas-em-uma-licitacao-da-petrobras-para-contratar-servicos-de-estimulacao-de-pocos/>> Acesso em 02 de set. de 2021.

NOZAKI, William. **Capitalismo e Corrupção**: A Petrobras e a Operação Lava Jato. Texto para Discussão. Inep, ano 3, n. 16, abr. 2020.

ORDOÑEZ, R. Após gastos de R\$ 292 milhões, programa de qualificação para. **O Globo**, 05 de junho de 2017. Disponível em <<http://sinaval.org.br/2017/06/apos-gastos-de-r-292-milhoes-programa-de-qualificacao-para/>> acesso em 02 de out. de 2021.

PENIDO, A. e STÉDILE M.E. **Ninguém regula a América**: Guerras Híbridas e intervenções estadunidenses na América Lática. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PETROBRAS, 2007. disponível em <<https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/comunicados-ao-mercado/>> acesso em 27 de ago. de 2021.

PINTO, E.; GUEDES PINTO, J. P.; BARUCO, G.; SALUDJIAN, A.; BALANCO, P.;

SCHONERWALD, C. & NOGUEIRA, I. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Economia Política**, 2016.

PINTO, E. C., PINTO, J. P. G., SALUDJIAN, A., NOGUEIRA, I., BALANCO, P., SCHONERWALD, C. & BARUCO, G. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, Rio de Janeiro, n.54, p. 107-147, 2019.

PINTO, E.C. Nacionalismo energético, Petrobras e desenvolvimento brasileiro: a retomada interdita. **Oikos**, Rio de Janeiro, v.19 n.1, p. 142-163, 2020.

PINTO, E.C. Economia Política do endividamento da Petrobras: evolução e determinantes (2006-2017). **Texto para Discussão**. Inep, ano 4, n. 23, jan. 2021.

PRASHAD, Vijay. **As balas de Washington**: Uma história da CIA, Golpes e Assassinatos. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PRONER, C. Operação Lava Jato e Relações Externas. In: AUGUSTO JR., GABRIELLI e ALONSO JR. (Org) **Operação Lava Jato – Crime, Devastação Econômica e Perseguição Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SÁ, N. de. Crescem pressões por intervenção no 'quintal da América'. **Folha de SP**. São Paulo, Ano 101, n.33.712, 21 Jul 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2021/07/crescem-pessoes-por-intervencao-no-quintal-da-america.shtml>> Acesso em 01 de out de 2021.

SAMPAIO, F.S. e MEDEIROS, M.C. A Geoeconomia da Crise Pós 2008: Financeirização, Tecnologia e Geopolítica. **Ciência Geográfica** - Bauru - XXVI - Vol. XXVI - (2): pp. 686-708, janeiro/dezembro – 2022.

SILVA, C. G. S.; FURTADO, A. T. Uma análise da nova política de compras da Petrobras para seus empreendimentos offshore. **Revista Gestão Industrial**, v. 02, n.3: p. 103-122, 2006.

SINGER, A. et al. **Por Que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZAMITH, Maria Regina Macchione de Arruda. **A indústria para-petroleira nacional e o seu papel na competitividade do "diamante petroleiro" brasileiro**. Dissertação de Mestrado no Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

WHITE HOUSE. **Background Press Call by Senior Administration Officials on the Fight Against Corruption**. Washington, 03 jun. 2021, Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/press-briefings/2021/06/03/background-press-call-by-senior-administration-officials-on-the-fight-against-corruption/>> Acesso em 12 de set. de 2021.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Fernando dos Santos Sampaio – Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

Rodrigo Massatelli Gonzales – Concepção e elaboração do manuscrito. Coleta de dados Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Caso necessário veja outros papéis em: <https://casrai.org/credit/>

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 31-05-2022

Aprovado em: 30-11-2022